



***TRÂNSITOS DISSIDENTES EM TEMPOS DE ÓDIO: MODOS DE
PENSAR-PRATICAR O PRESENTE***

***TRÂNSITOS DISIDENTES EN TIEMPOS DE ODIO: FORMAS DE PENSAR-
PRACTICAR EL PRESENTE***

***DISSIDENT TRANSITS IN TIMES OF HATE: WAYS OF THINKING-
PRACTICING THE PRESENT***

Anamaria Ladeira Pereira¹

Camila Santos Pereira²

Fernando Pocahy³



RESUMO

Nossa inspiração centra-se em estudos feministas e pós-críticos para, a partir de vivências docentes e estudos científicos, narrarmos as possibilidades de (re)produção dos discursos de ódio em ambientes escolares. Como corpos dissidentes, nos situamos no debate contemporâneo brasileiro acerca das questões de gênero e sexualidade na educação básica. Tendo em vista que é provável que façamos parte de escolas que reforçam a estrutura de opressão, ao escolher menosprezar a maneira como os corpos dissidentes são tratados dentro de seus muros, enfrentamos discursos que promovem agressões, além de silêncios que as permitem. Concluimos que devemos seguir lutando para que nossas identidades e formas de viver sejam tão válidas como as consideradas “corretas”, sem que para isso precisemos nos encaixar em padrões que nos violentam ainda mais.

PALAVRAS-CHAVE: Corpos dissidentes. Gênero. Sexualidade. Docência.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ).

³ Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ProPEd e PPGPS, Coordenador do geni - estudos de gênero e sexualidade. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2, Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ) e Procientista (UERJ-FAPERJ).

RESUMEN

Nuestra inspiración se centra en los estudios feministas y poscríticos para, a partir de experiencias docentes y estudios científicos, narrar las posibilidades de (re)producción de discursos de odio en los entornos escolares. Como cuerpos disidentes, nos ubicamos en el debate brasileño contemporáneo sobre cuestiones de género y sexualidad en la educación básica. Dado que es probable que seamos parte de escuelas que refuerzan la estructura de la opresión, al optar por menospreciar la forma en que los cuerpos disidentes son tratados dentro de sus muros, enfrentamos discursos que promueven agresiones además de los silencios que las permiten. Concluimos que debemos seguir luchando para que nuestras identidades y formas de vida sean tan válidas como las consideradas “correctas”, sin necesidad de que nos encajemos en estándares que nos ofenden aún más.

PALABRAS-CLAVE: Cuerpos disidentes, Género, Sexualidad, Docencia.

ABSTRACT

Our inspiration is centered in feminist and post-critical studies, based on teaching experiences and scientific studies, to narrate the possibilities of (re)production of hate speech in school settings. As dissident bodies, we situate ourselves in the Brazilian contemporary debate about gender and sexuality issues in Early Childhood Education, Primary Education and Secondary Education. Considering that we are likely to be part of schools that reinforce the structure of oppression, by choosing to disregard the way dissident bodies are treated within their walls, we face discourses that promote aggressions, as well as silences that allow them. We conclude that we must keep fighting so that our identities and ways of living are as valid as the ones considered "correct," without the need to fit into standards that violate us even more.

KEYWORDS: Dissident bodies, Gender, Sexuality, Teaching.

Como se escrevem e inscrevem nossos corpos de autoras e autor na educação?

Este artigo é escrito por duas orientandas e seu orientador, partes de um programa de pós-graduação em educação. Três pessoas que trabalham inventando aulas para turmas formadas por diversas faixas etárias e que aprendem enquanto ensinam, como no trecho famoso de Guimarães Rosa, em Grande Sertão: Veredas: “Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende”. Dissidentes temos nos posicionado e é a partir do encontro de nossas singularidades que estas páginas nasceram, corpos “minoritários” em um agenciamento coletivo de enunciação antifascista.

A proposta desvincula-se dos parâmetros colonialistas das práticas de negação e/ou tutela e controle dos corpos nos espaços-tempos educativos. Os avanços nos estudos da área da educação possibilitam novos olhares para um reconhecimento plural dos anseios e circulações que perpassam pessoas-vidas comprometidas com a arte da (des)aprendizagem.

Dessa maneira, aqui, rejeitamos o lugar confortável e empoeirado dos cotidianos em que “as pessoas entram na sala para ensinar como se apenas a mente estivesse presente e não o corpo” (hooks, 2017, p.253).

De início, apresentam-se as encruzilhadas trilhadas por um corpo negro, *a professora-mestranda inquieta*, de sexualidade inconforme, que já ralou o joelho após um abraço coletivo de várias crianças que esperavam atentas a sua professora resolver demandas na secretaria, no primeiro horário da manhã. Além de alvo e fonte de afeto na educação infantil, representa, para estudantes do ensino médio, o acolhimento e a escuta de quem não compactua com as normas sexistas em relação ao comportamento feminino, persistindo em driblar a submissão esperada e a imposição de um modo de vestir e falar segundo miradas e percepções masculinas. Nessa perspectiva, entendemos que é preciso expor as limitações da heterocisnormatividade⁴ impregnada nas relações diárias das instituições de ensino, cujas observações podem causar os mais diversos sentimentos e atitudes, não apenas dos indivíduos nas salas de aula, mas também na sala de docentes.

Por conseguinte, a discriminação e perseguições institucionais acarretam em nossos corpos uma outra forma de existir na escola, **dado** que, a apreensão diante das fronteiras impostas, que insistimos em ultrapassar, nos acompanha desde tenra idade. Assim, (re)estabelecemos, no cargo docente, nos planejamentos e nas escritas que nos constituem, a contundência como afirmação de um lugar outro, distinto das matrizes coloniais de exclusão. Nossas vidas não são descartáveis, não podem desaparecer sem deixar marcas, como lições postas no quadro e evaporadas com um apagador. Seja na escrita de novos conceitos, seja na reconstrução de antigos, prosseguimos (re)inventando mundos e teorias.

Outra voz, aqui, presente, ecoando de uma goela também dissidente, cujas pernas andarilhas conduziram a infinitas paragens longínquas e encontradas, **leva** os espantos para dar uma volta onde quer que passe, num jeito de olhar a vida como provisória e cada um dos passos como passíveis de retornos e curvas, pouco afeita a caminhos retos tracejados e anteriormente abertos. Trabalhando como professora de crianças, em povoados isolados, conviveu com questionamentos constantes sobre marido e prole, afinal, atuar nos anos iniciais pareceu, desde sempre, pressupor um encaixe no modelo do que se espera de uma mulher. Desmantelar essas expectativas nocivas, acompanha essa *professora-mestranda andarilha*. Autora não só deste artigo, junto a seus pares, mas de seu próprio rumo,

⁴Entendemos como heterocisnormatividade a junção das normas referentes à heterossexualidade e à cisgeneridade (sobre pessoas que se identificam com o gênero designado no nascimento), na condição de identidades (re)produzidas como universais.

desarrumado ou não.

Sem dúvida, professoras de crianças, ainda diminuídas com a alcunha de “professorinha” (desqualificação que não se aplica aos homens, posto que não há “professorzinho”), têm sua liberdade tolhida. Um corpo dissidente, uma sexualidade desviante ferem a expectativa da “normalidade”. “Que exemplos *essas daí* vão ser para as criancinhas?” Parecem dizer (e dizem) quem pretende preservar os bastiões “do que é certo”. Pois, se se dispusessem a escutar a resposta, saberiam que professoras como nós **são** exemplo de luta contra o silenciamento das diferenças. Igualmente, nos perguntamos, visto que esse nosso diferir mal real algum causa a ninguém, qual a razão para culpa ou vergonha de gostar do que se gosta, de falar o que se fala, de vestir o que se veste, de ser, enfim, quem se é?

O terceiro ponto nesta composição entre-corpos-afectos-perceptos se movimenta na inquietação de como nos tornamos pesquisadores/as-e-docentes. Uma pergunta relativamente comum no contexto acadêmico, mas de difícil resposta, porque processo aberto e inacabado, dado a imprevistos e incertezas, ainda que certa tendência de ordenar mundos perdure, reflexiona aqui o *professor-des/orientador*. Mesmo que a tentativa de responder se faça necessária a algumas áreas de investigação dedicadas aos processos formativos para informar políticas públicas, receia-se a sua eficácia pela parametrização, pela ideia da base comum. Melhor, talvez, colocar em análise os modos como vamos nos tornando professoras/es e investigadoras/es, quais as condições de possibilidade e que experimentações vêm se produzindo a partir do momento em que nos posicionamos nos encontros de pensar-produzir o presente, refletir sobre os modos como vamos nos tornando sujeitos in-mundos de alguma enunciação (profissional, amorosa, erótica, política...).

Acompanhamos, pois, as pistas da Professora Tania Galli (2003) ao instituir um horizonte ético-estético-político e epistemológico que afirma que aos modos de trabalhar correspondem modos de subjetivar. E arriscamos ampliar o escopo de problematização: aos modos de pesquisar(-intervir) correspondem também modos de subjetivar. Nesse sentido, forçada qualquer resposta sobre como nos tornamos docentes ou pesquisadoras/es-professoras/es, a tentativa de unificar um jeito único ou um parâmetro será tão mais problemática e tão mais complexa quanto mais nos aproximamos de um campo amplo e geral, com a educação escolar ou a lida da pesquisa na universidade, por exemplo. Acompanhadas/os das provocações *in memoriam* de Galli (2003), arriscamos supor que a trilha das singularidades, os múltiplos e diversos espaços-tempos de formação, embora menos representativos, poderão nos fornecer pistas sobre como lidar com aquela pergunta,

mais do que propriamente respondê-la.

Trata-se de intensificar o plano das experimentações (e a possibilidade de com isso nos modificarmos), afinal. Isso não significa que não poderemos arriscar alguma aposta-resposta. Mas, diante da impossibilidade de acompanhar a multiplicidade dos modos de praticar a docência e a pesquisa e parametrizá-los, entendemos que o que podemos fazer é cartografar as intensas, inusitadas e disruptivas formas de pensar o presente na/da formação em sua forma miúda – em sua coragem e em seus gestos particulares, em suas tonalidades – e nas nuances do presente a que corresponde a formação docente e de pesquisadoras/es no país, na região, na cidade, naquele lugar onde estamos e desde as marcas que nos compõem... Com isso, apostamos, boa parte da pergunta poderia encontrar algum sossego desde miradas singulares, atentas aos avessos das normas e moralidades.

Uma outra parte da indagação, talvez aquela que seja exigida pelas balizas da política científica e da programática formativa, podemos responder com uma produção docente-pesquisadora mais ativa e particular, demonstrando que as urgências do nosso tempo exigem um certo tipo de coragem, a coragem de dizer a verdade sobre o que estamos fazendo de nós-mesmos/as e aquilo que estamos tentando fazer dos/as outros/as (ressonâncias de leituras de Michel Foucault). Mais do que responder e planificar como nos tornamos pesquisadoras/es-docentes, pode ser útil pensarmos sobre a performatividade científico-acadêmica-e-profissional que vem forjando um certo ideal de humano (im)possível e (in)viável nas malhas da racionalidade econômico-política que se espraia pelo mundo global neoliberal. Antes de (tentarmos) conduzir as outras pessoas perguntemo-nos sobre como nos conduzimos a nós mesmos/as nesse jogo do (in)humano contemporâneo, que marcas nos compõem e tentam nos definir.

Quais pedagogias (técnicas de condução de condutas) e políticas-práticas socioculturais vêm sendo acionadas na ficção/fabricação de um ideal de sujeito, sem esquecer que tudo isso vem sendo tramado na racionalidade neoliberal (LAVAL; DARDOT; BERENGUER, 2018)? Igualmente não temos resposta pronta para essa indagação. E seria bastante contraproducente ensaiar alguma que servisse a todas as experiências, sobretudo em contextos de sociedades democráticas contaminadas e enfraquecidas pelo neoliberalismo (BROWN, 2016). Sigamos uma outra rota: aquela que permite localizar certo rastro de uma subjetividade que se produziu e vem constantemente se modificando diante das relações de saber-poder que se estabelecem em um determinado lugar e desde a posição de sujeito que nos permite alguma identificação.

Entendemos a subjetividade como aquele resíduo ou substância que resta de uma

prática-política de governo, isto é, aquilo que resta dos muitos fluxos que produzem uma ideia de nós (ou de eu), aquilo que fizemos de nós-mesmos/as, diante das formas contemporâneas de condução das condutas. É preciso considerarmos, portanto, como chave para uma leitura sobre o que nos passa e perpassa, as contingências do presente, visto que, no momento em que escrevemos este texto vivemos uma pandemia. E com ela, a incerteza do que poderemos ser amanhã. Valem nossa memória, nossas histórias e nossas apostas na ampliação das margens de liberdade, não da libertação – recusamos as “benesses” salvacionistas. É certo que nem todas poderão nos oferecer segurança mínima para o presente, tampouco poderão se constituir em balizas firmes para enfrentar o hoje e o(s) amanhã(s). Os ventos da mudança pandêmica podem ser devastadores de certos mundos.

Não estamos vivendo o fim do mundo, até mesmo porque para milhares de pessoas os seus mundos já acabaram (Ailton KRENAK, 2020), mas ocorre que alguns modos de pensar-viver poderão se desmanchar... Alguns mundo-corpos clamam para seguir vivendo, acoçados pelas normas de gênero e sexualidade e pelo racismo. Resta a nós, pesquisadoras/es e docentes, nos posicionarmos diante dessa agonística do/ e no agora. Pensemos, contudo, nossos achados e apostas como sempre provisórios e, sobretudo nesse contexto, mais efêmeros do que nunca. Estamos vivendo algo inesperado (em parte, porque imaginávamos que o impacto ambiental beirava o esgotamento), suspendendo todas as nossas possíveis certezas e planos.

Atônitos/as ou não, por algum tempo não poderemos ou já não podemos mais (acionar tantos esforços para) permanecer os/as mesmos/as. E quem disse que poderíamos? Michel Foucault (1984/2012) já nos oferecera uma dose antipânico bastante potente. Quem sabe possamos usar ainda um pouco mais desse remédio filosófico, conhecer não aquilo que convém conhecer, mas procurar nos aproximarmos de algum tipo de experiência social que nos permita compreender algo ou alguma coisa dos modos-práticas como nos constituímos enquanto sujeitos de uma determinada época:

Única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, os descaminhos daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir (FOUCAULT, 1984/2012, p. 15).

A produção conjunta abraça a pluralidade de encruzilhadas que atravessamos, no intuito de desembaraçar os fios das redes de ódio que conectam vivências e sistemas de opressão.

Conceitos que nos acompanham

O corpo representa o território que habitamos e transitamos nas encruzilhadas fronteiriças das possibilidades de ser-estar-agir no mundo. Dessa forma, demarcar a territorialidade que nos situa, em um campo de saber-poder, ilustra um compromisso com movimentos de produção de conhecimento integrados na luta para visibilizar os corpos, as vivências, explicitamente no desenvolvimento das elaborações científicas. Destacamos os estudos feministas e a teoria queer como campos possíveis para desconstrução do longo histórico de estruturas excludentes atualizadas pelos governos neoliberais contemporâneos. A decisão de partir desses escritos deve-se ao fato de que questionam os valores de universalidade, de meritocracia e afirmam que o pessoal também é político.

Importante salientar que, no rastro de Silva (2000), conceituamos identidade como um ato performativo, uma construção na qual a estabilidade, a coerência, o acabamento e a constância estão ausentes e em seu lugar nos deparamos com uma infinidade de contradições e possibilidades de mudança. Além disso, a abordagem apresentada, aqui, leva em conta a forte conexão da identidade com as relações de poder. Nessa perspectiva, não procuramos estabelecer um enquadramento fixo e imutável das identidades inconformes, que resistem para assumir suas experiências que transbordam os limites binários de gênero e heteronormativos. Por outro lado, articulamos não apenas a pluralidade, mas também os enredos e fraturas dos modelos cristalizados e dominantes que, por meio do controle e vigilância, cerceiam vivências (re)produzidas como subalternas. Não tratamos de uma disputa dicotômica, pelo contrário, nesses jogos compreendemos a agência de todos os sujeitos envolvidos.

O âmbito da governamentalidade, o governo das condutas dos outros e de si (ressonâncias de Foucault em LEMKE, 2017), configura-se como um aporte teórico das linhas pós-críticas, na desnaturalização das práticas cotidianas e científicas permeadas por lógicas discriminatórias. Mapear as discussões sobre corpos dissidentes revela um espaço de conflitualidade diverso. O fio condutor desta análise é ilustrado pela filiação às perspectivas que tratam da produção histórica da verdade, perpassadas pelas relações colonialistas, como parte constitutiva na problematização das narrativas rotineiras que, muitas vezes, não são

tensionadas como representações sociais do poder dominante.

Sendo assim, uma das principais questões caracteriza-se no ato de destrinchar a branquitude, a heterossexualidade e a cisgeneridade como algumas das redes discursivas a forjar identidades hegemônicas que, até pouco tempo atrás, não ocupavam um espaço significativo de tensionamento. Por conseguinte, este artigo trata dos sujeitos “abjetados” pelas normas de gênero e sexualidade, ao passo que preocupa-se com as matrizes de raça, classe e colonialidade inseridos nas composições históricas. Através da enunciação e localização de nossas experiências, tecemos reflexões acerca das implicações de ser um corpo dissidente em ambientes escolares.

A interseccionalidade surge como um conceito-chave, dentro das movimentações e pensamento feministas negros, denominado pela intelectual Kimberlé Crenshaw, para atrelar as opressões vivenciadas pelas mulheres negras nos movimentos contra o racismo e no feminismo, que silenciavam suas singularidades. A popularização de seus escritos viabilizou uma potente ferramenta teórico-metodológica para decifrar e projetar novos cenários progressistas. Principalmente por ilustrar como as normas institucionais encarceram, violentam e aniquilam, com dispositivos particulares, a vida de mulheres negras. Destarte, uma ética epistemológica feminista que oferece criticidade política para que possamos compreender “a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna de onde saem” (AKOTIRENE, 2018, p. 33).

À vista disso, o diálogo e a complementação podem ser alternativas eficazes na contribuição para descortinar os cenários neoliberais que insistem em orquestrar as populações subalternizadas em lutas internas. O racismo e a lgbtfobia reduzem os sujeitos a concepções estabelecidas a partir da lógica estrutural identitária do homem branco cisgênero heterossexual de habitar os lugares como um ser sem marcadores sociais, conforme nos apresenta Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017). Desse modo, pessoas transexuais, travestis, lésbicas, gays, bissexuais, intersexo, não binárias, negras, indígenas, asiáticas, idosas, gordas, pessoas com deficiência, enfrentam obstáculos nos mais diferentes âmbitos das esferas sociais, devido ao padrão dominante que as descreve como inferiores, julga seus corpos como defeituosos. Entendemos, em contrapartida, a identidade e a diferença como, intrinsecamente, dependentes (SILVA, 2000). Também, reconhecemos como os processos de identificação podem ser excludentes, posto que, nesses movimentos, escolhas e transformações ocorrem.

As afirmações da identidade e (de)marcação das diferenças, entretanto, podem

resultar no acesso às condições mínimas aos recursos sociais, como saúde e educação. Denominar as identidades subalternizadas possibilita o reconhecimento básico dos nossos direitos humanos e vem ganhando força e potência institucional, principalmente por atuar como dispositivo de visibilidade. As conversações agregadas a diferentes áreas do conhecimento implicadas em transformações insubmissas fazem parte de um empenho progressista de livrar-se das amarras que tentam aprisionar os corpos em experiências opressivas e de autodepreciação. Cabe destacar os argumentos de Fernando PocaHY (2011), em interlocução com Sirma Bilge (2009), para a compreensão deste conceito-prática feminista:

A interseccionalidade transpõe a soma das dominações ou arranjos de identidades e diferenças, possibilitando-nos avançar em perspectiva e prática de problematização rizomática de “uma teoria transdisciplinar visando apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais, através de uma abordagem integrada. Ela [a interseccionalidade] refuta a partição e a hierarquização dos grandes eixos de diferenciação social [...]” (ibidem, p. 70), assumindo a própria produção discursiva das categorias identitárias (POCAHY, 2011, p. 19-20).

Seguindo esses aportes teóricos, desconstruímos, por meio da escrita, as configurações sufocantes de um ambiente escolar atrelado a concepções retrógradas.

Espaços educativos educam para o ódio?

Muitos temas conservam-se tabus na Educação, relegados às margens, às brechas, às frestas possíveis, olhos mágicos que espreitam; pele que se esforça para esconder, em público, os arrepios; sussurros e cochichos como num interminável *telefone sem fio*, parte da infância de gerações antigas e da atual. Brincadeira na qual a mensagem inicial chega completamente deturpada, após passar por uma porção de orelhas e bocas, reunidas em roda, aos risos. Aos poucos, no entanto, os “risos estrepitosos” das crianças, nas palavras de Foucault (1999, p.28), vão perdendo o viço.

Os assuntos, cuja ousadia em debater gera punições e advertências, deixariam de ser emitidos, caso a curiosidade pudesse ser freada pelas advertências e punições. Felizmente, a vontade de saber refuta cabrestos, livra-se dos não e das onomatopeias escandalizadas, os shhhh e aaaaah até tentam contê-la, porém, a vontade se expande, em múltiplos jogos e em bilhetinhos sorrateiros, que circulam entre as carteiras enfileiradas. Filas semelhantes às dos primórdios do que se conhece como instituição educacional.

A ordem precisava ser mantida, esse era um dos motivos da organização da sala de

aula. A ordem como prévia do progresso, a bandeira verde e amarela tremula e indica, ainda precisa ser defendida. Nada de gracinhas, o campo da Educação, como afirma Louro (2016), tem o histórico de lidar de maneira seriamente disciplinadora com os temas indisciplinados que surgem. De forma dissimulada, insiste em evitá-los, ou simplesmente os silencia, preferindo as mensagens truncadas a perder o cetro e a majestade de seu caráter prescritivo. Campo nem um pouco disposto a abrir mão do poder de assegurar o que é certo, verdadeiro, aceitável e apontar o erro, o falso, o inapropriado.

Quem não anda na linha pontilhada da cartilha, cuidado, aí vêm as notas baixas, os relatórios desprezíveis, os comentários destemperados em conselhos de classe e, afinal, a irrevogável expulsão. Preza pelo que é bem comportado a escola, separa o joio do trigo, bíblica mesmo quando laica, cruz com um corpo que pende, desprotegido, exposta em muitas de suas salas. Antes das aulas, reza-se o pai-nosso em diversas escolas públicas. Diante das fileiras de olhos e cadernos e pernas, que devem manter-se quietas, o instrumento de tortura e seu torturado, em miniatura, acima do quadro, livrai-nos do mal, amém.

A pergunta escapole da gaveta onde foi hermeticamente trancada: e quando o mal é praticado por meio de normas e regulamentos escolares, pelas palavras ou lacunas constantes em suas regras? E se o contrário do bem comum e do bem-estar geral provêm, desde tempos imemoriais, em alguma medida, de suas controladoras entranhas... O que se há de fazer? A breve menção a tais possibilidades, de fato, nada ocultas (cuja atitude esperada é fingir não perceber) suscita esgares ofendidos. Ninguém disse que os adjetivos “simples” e “fácil” descreveriam o ato de deparar-se com aspectos da realidade nada palatáveis. Certamente, seria mais agradável relembrar as grandes conquistas, os próceres da Educação, as frases célebres, falar do que não causa dissenso nem provoca atrito.

“A educação muda o mundo”, proclamam como uma prece. Vale ressaltar que, inegavelmente, tem o seu quinhão de responsabilidade pelo que permanece imutável. Como as filas, as mesmas, as mesmíssimas, há centenas de giros da Terra em torno do Sol, essa estrela incandescente em torno da qual os planetas dançam cirandas. Há outras estrelas, menos importantes, embora também douradas, como as que são coladas na testa de crianças e, por décadas, configuraram um prêmio para comportamento exemplar. Ainda vigoram, em diversos estabelecimentos de ensino de nosso país, quem duvida? As cinco pontas prateadas destinam-se aos modos que se aproximam da “perfeição”, sem contudo alcançá-la, e estrela nenhuma recebem as crianças, essas que brilham tanto, que teimam em não se adequar. Ausência seguida, talvez, de gritos impacientes e castigos. Mesmo distantes da época em que a palmatória perdurava, com seu antigo provérbio “a letra com sangue entra”, traumatizam

os apelidos e reprimendas, doem na pele e no que ela envolve.

“A educação muda o mundo”, frase bonita, inúmeras vezes repetida. Será que quem a repete pensa a respeito do significado de tal conjunto de palavras? Será que pode ser interpretado como se afirmasse que não existem controvérsias e a educação é sempre positiva, destinada às transformações galopantes para o bem da humanidade? Não existe A educação, para começo de conversa. Existem maneiras bem diferentes de educar; como prática de liberdade, como nos ensinou Paulo Freire (2013) e bell hooks (2017), e como prática de extinção de algumas ou de todas as asas. Se há escolas-básicas-ou-superiores que atuam como linhas de montagem, pretendendo preencher as mentes de estudantes com seus conteúdos e, paralelamente a isso, impedir os debates que surgem, pois há um currículo a ser cumprido; podem existir aquelas em que as discussões sobre temas, quase sempre censurados, sejam abertas e convidativas.

Importante que nos perguntemos (e pensemos a respeito do que pode ser feito) se as instituições educativas das quais somos parte do corpo docente promovem intolerâncias ou as fomentam, ao optar por calar-se diante de cenas de violência. Ah, claro, não há tempo para parar e ouvir estudantes a respeito de assuntos que estejam fora do programa, cuidadosamente, esquematizado. Sim, há um extenso cronograma de atividades, semanas de provas, simulados, incontáveis capítulos para ensinar e “dar conta do recado”. Nessa perspectiva, então, é provável que façamos parte de escolas que reforçam a estrutura de opressão, ao escolher menosprezar a maneira como os corpos dissidentes são tratados dentro de seus muros.

Com palavras aprovamos as agressões ou as permitimos com a nada singela falta delas. Atitudes educativas homoesbitransfóbicas contribuem para que o nosso país seja um dos que mais mata lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais e gays, centenas de corpos dissidentes atacados a cada ano.⁵ “Ah”, dirão, “mas, aqui, nesta escola, nunca se matou ninguém”. Urge questionar quantas crianças e adolescentes/jovens tiveram o prosseguimento de seus estudos impedido, por recusar a forma única exigida e dançar conforme a música estipulada? As estatísticas oficiais ignoram. Como desenvolver políticas públicas, ou currículo, visando solucionar um problema sério, se o problema é tingido com as tintas opressoras do “não cabe aqui” ou “não é nada”?

⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/07/brasil-o-pais-da-diversidade-que-mais-mata-lgbtqia.shtml> Acesso em: 20 set. 2021.

Discurso de ódio (tempos antigos, nossos tempos)

Houve quem dissesse: nos meus pés e no meu ritmo mando eu, e danço, gostem ou reprovem, segundo a melodia que escuto e que, aos meus ouvidos, faz sentido. Ainda há e sempre haverá quem diga isso, com ou sem voz, o corpo também fala, dá palestras completas e muito ensina. A pergunta retira a mordaça dos lábios e pode ser escutada: Em que contextos uma dança, inofensiva, vem sendo alvo de insultos, empurrões, socos, pontapés, sumários convites a se retirar, torturas, fogueiras, morte com armas de todo tipo? Miremos com atenção os espaços educativos formais, como a família, a igreja e a escola. O que transmitem essas organizações primordiais? Com que propósito? “Dá para falar em ódio quando se está tratando de Educação?” (LOURO, 2016, p. 272). De quem seria a autoria de tais discursos e de que formas seriam proferidos?

Xingamentos, sejam quais forem, remetem à inferiorização de alguém, o que implica em desvalorizar pessoas que possuam e/ou performem atributos considerados contrários ao que é tido como modelo, padrão. Há muitas vozes em uma única voz que agride, pontua Guacira Lopes Louro, no artigo Discursos de ódio (2016), há uma história ancestral de opressão por trás das palavras usadas para ferir e rebaixar um ser humano que alguém considera diferente de si. Nesse sentido, a postura costumeira de profissionais dos anos iniciais do ensino fundamental, tem sido, em vez de encarar o ódio e desarmá-lo, assinar embaixo de manifestações odiosas, por omissão ou por acreditar que realmente é preciso atacar e endireitar o que está torto⁶.

Se pudessem, algumas escolas para crianças disponibilizariam cadernos de caligrafia específicos não apenas para arredondar as letras, mas para lapidar os comportamentos e adestrar os corpos dissidentes. Será que já não o fazem ao dividir o “futebol para os meninos e o vôlei para as meninas” (isso quando reservem a elas algum esporte)? Será que já não o fazem ao perguntar à aluna de qual menino ela gosta? E exigir que se sente “com modos”, ao mesmo tempo em que recriminam os meninos que choram? Sim, isso ainda existe e são expressivos exemplos de atitudes tomadas por quem tem horror a qualquer risco que exceda as dimensões esperadas, consideram tremendamente arriscado conviver com a diferença, aquela que desvirtua o modelinho imaginado.

Quem segura o cinzel, no entanto, e trabalha as próprias superfícies e avessos, por

⁶Em nossa experiência em diferentes escolas de diversas regiões do Brasil.

mais que as regras, autoritariamente, se imponham, é cada uma das pessoas, por meio de suas interações e desejos. A escola (representada também por nossas sociedades-estados), digamos com todas as letras, tem medo dos desejos. A toda poderosa entidade receia os caminhos e paisagens desconhecidos que as misteriosas e indomáveis ganas, certamente, nos levarão a descobrir. Foi inventada para preservar o mundo como ele tem sido, e assegurar-se de que os donos das terras e das leis e da justiça seguirão donos, através de seus descendentes, de cada pedaço de chão que possuem e de cada parágrafo dos códigos criados para resguardar seus bens. Obedecer é preciso. A palavra “ordem” gravada na bandeira, mais explícito impossível.

O papel de cada pessoa na ordem pré-estabelecida, no entanto, não funciona com a naturalidade que se imagina. Tal naturalidade está presente apenas nas brincadeiras em que a representação se faz necessária. “Então, eu era a mãe”, “eu vou ser o pai”, “você quer ser a filha?” e por aí vai. Há quem diga que a vida não pode ser um jogo, precisa de caráter definitivo, sendo assim, no nascimento uma trajetória é designada. Apesar de seres livres, capazes de infinitos voos, de impermanências e fluidez, ficamos à mercê dos quererem coercitivos de outrem, talvez por não encararem os próprios anseios, resolvam decidir os alheios.

Instituídas as grades, para manter a ordem e evitar os desejos desordenados, transmite-se aquela que pretende ser considerada como universal verdade: “quem nasce com determinado órgão sexual será isso” e “não será aquilo”, “gostará disso” e “não gostará daquilo”. Para validá-la, escoram-se em explicações estapafúrdias: “afinal, nasceu com esse corpo”, “afinal, isso é o correto”, “afinal, é assim que Deus quer”.

Antes, quem se distanciava da norma precisava de extrema cautela, a dita normalidade era obrigatória e, mesmo com todo o esforço, podia tornar-se alvo de insultos e violência física. Havia uma “caça às sexualidades periféricas” (FOUCAULT, 1999, p. 42). Seria bom poder dizer que esse “antes” ficou no passado, que infelizmente aconteceu, felizmente já não mais. Contudo, segue acontecendo e sobretudo com docentes em colégios tradicionais.

O antes e o agora andam de braços dados como se o tempo empacasse na hora de virar certas páginas, apesar de todas as transformações e aumento de possibilidades de vivências para mulheres cis e minorias sexuais e de gênero e não brancas. Retrocessos, de repente, travam os avanços e os medos voltam a se acentuar, porque, é preciso destacar: ser um corpo dissidente impõe riscos e sustos que os corpos considerados dentro da norma, “os normais”, “os corretos” desconhecem.

Muito embora esses corpos padrões e “direitos”, vestidos com a roupagem de “verdadeiros filhos e filhas” do deus branco e heterocisnormativo (que parece ter escrito no livro sagrado: “você eu amo; os outros não”), se eximam de responsabilidade. Mas não serão esses, “os corpos escolhidos”, muito repletos do amor desse deus do ódio, os que fazem da vida de quem consideram um erro um inferno? O inferno são os outros, já escreveu Sartre.

E há de se convir que trabalhar como professora, professor com uma sexualidade e/ou identidade de gênero dissidente, numa instituição de ensino, no século XXI, precisamente no Brasil após o golpe de 2016, não tem sido sinônimo de um passeio no parque. Como afirma uma senhora mestra com quem temos conversado, durante o desenvolvimento de uma pesquisa sobre as sexualidades dissidentes de professoras de crianças: “não há lugar, em um colégio, que possa ser mais tenebrosamente lgbtfóbico do que a sala dos professores”, que, aliás, por mais que sejamos quase cem por cento mulheres, não se chama sala das professoras. Isso também diz muito.

Nossa atuação nos espaços educativos, embates, sustos, gritos na garganta

Nos últimos cinco anos, manifestações agressivas, intolerantes e que se creem verdade absoluta, têm sido ouvidas em praça pública, em programas televisivos, **em** cultos e até da boca de representantes do povo, no poder legislativo. Na era em que o ódio recrudescer e ameaça o direito de existir de pessoas LGBTI+, ser professora de crianças e estar fora do padrão hegemônico para essa função, pode ser uma vivência desafiadora. Não romantizemos. Desafios que inúmeras vezes custam a vida e que não dependem de nosso aval para acontecer, devem ser nomeados com maior precisão: violência, agressão, crime. O que a educação escolar tem a ver com isso?

Primeiramente, precisamos recordar que, nessa conjuntura política, aconteceram várias investidas, em 2015, em todo o território nacional, para a exclusão total do termo “gênero” dos Planos nacionais, estaduais e municipais de educação (CARVALHO, 2015). Retiraram a palavra, sem atentar-se para o seu significado no contexto do documento, de modo que foram suprimidas inclusive em “gêneros textuais” ou “gêneros alimentícios”, demonstrando a completa inépcia desses que se arrogam a alcunha de senhores do poder. Escrevemos “senhores”, no masculino, para frisar que a grande maioria dos que buscam tais supressões e exclusões são homens e, obviamente, brancos. Levando em consideração a sub-representação política de pessoas negras e não brancas no Brasil, bem como de mulheres.

Andam muito assustados esses cidadãos, para os quais o aconchego de suas branquitudes e da sua heterocisnormatividade vale muito. Estariam preocupados com o aumento da presença de pessoas negras e indígenas na graduação e pós-graduação? Os direitos de pessoas trans e não binárias ganhando novos alcances desestabilizaria a prerrogativa de que apenas existem homens e mulheres “de bem”, “como manda o figurino”?

Suas reações tão néscias, a ponto de merecer medalha por incapacidade de elaborar qualquer plano educativo que vise o fim das desigualdades, são algumas provas do quanto se sentem acuados pela transformação em curso. Independentemente do tanto que gritem ou se debatam para manter-se ocupando os postos de mando, sem concorrência que possa **equiparar-se** ao seu poderio milenar, a História segue em frente. E os avanços, conquistados com muita luta por quem vem suportando opressões de todo tipo, não nos serão espoliados. As leis heterocisnormativas caminham para virar pó.

Quem está no topo da pirâmide social, no entanto, busca frear os movimentos que batalham por igualdade, e é o que vêm fazendo. Afinal, detêm as armas e, nesse sentido, os currículos acabam sendo tão potentes quanto bombas e facas. Precisam, entretanto, tapar mesmo os olhos para não enxergar o óbvio, que se deslinda da fantasia falaciosa de superioridade: o mundo, em que a heterocissexualidade compulsória manda e desmanda, está em decadência.

Precisamos afinar ainda mais as nossas problematizações para seguirmos disputando os sentidos (caminhos) para a(s) (nossas) vida(s), lembrando que para que ninguém solte a mão de ninguém, as mãos precisam primeiro estar dadas, ou seja, apertadas, juntas, andando lado a lado, enfrentando as batalhas diárias, cada vez mais acirradas. Batalhas que nos esperam em nossas salas de aula, e em tantos outros cotidianos, e que se revelam potencialmente complexas em virtude de nossa condição dissidente. Lidar com as questões de dissidência que se apresentam no âmbito educativo, sem que isso seja lido como “puxar a brasa para a nossa sardinha”, acarreta momentos em que armário volta a fechar-se sobre nossos ombros, por mais absurdo que pareça, e é.

Citamos, como exemplo, as crianças cujos corpos são alvo de insultos e que não se encaixam na forma considerada pela escola como correta. Estas, muitas vezes, nos procuram como pessoas aliadas em sua luta por uma existência na qual seus direitos humanos deixem de ser aviltados. Mesmo que nos disfarçemos, essas crianças sempre sabem, talvez pelo olhar, pela postura, pelo jeito de lidar com os “problemas graves de comportamento” como se não fossem graves nem problemas, vendo beleza em boa parte do que a direção e coordenação apontam como feiura, vício, pecado, erro, algo ao qual é preciso “dar um jeito”.

Somos docentes que se recusam a consertar o que não precisa de conserto e as crianças percebem isso com seus sentidos aguçados. Mesmo quando precisamos nos calar, sabem que têm o nosso apoio, que podem contar com a gente.

Outra situação comum dentro dos muros da escola: meninos são pegos no banheiro fazendo troca-troca, ou seja, tocando-se, explorando a sexualidade. A atuação da direção, em diversos casos, concentra-se em avisar as famílias, promover escândalos, zelar pela “moral e bons costumes”. Desde tempos remotos age-se como se as crianças não tivessem sexo, “boa razão para interdita-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo” (FOUCAULT, 1999, p.9). Como se voltássemos décadas, em um túnel, e esquecêssemos de que fomos crianças, tivemos curiosidades, brincamos com colegas, primas e primos...

O motivo para tachar esses jogos como “absurdamente inaceitáveis” carece de sentido, não se sustenta. Só se for porque a alegria precisa ser demolida, desde a infância; os desejos são perigosos, eles são capazes de nos levar às revoluções. “Ah, então, devem ser coibidos”. De preferência, de forma bem agressiva e que deixe o trauma marcado na pele, como em surras que os pais e mães davam e dão em seus filhos desviantes do bom caminho, “tão novinhos, por quê, meu Deus, onde foi que eu errei?!”. E outros dramas conhecidos, que poderiam ser perfeitamente evitados, caso a escola cumprisse sua função de educar para o bem-estar geral, em vez de proporcionar confusão às famílias.

Diante de situações como essa, que poderiam ser solucionadas conversando diretamente com as crianças, como contrariar o ato de comunicar familiares, sendo um corpo dissidente num espaço opressor e, ainda assim, manter-se firme no cargo? Quais brigas podem ser compradas sem que o preço seja alto demais a se pagar por elas? Gritos na garganta, assombros do tamanho do mundo. Acaso as professoras e professores não têm noção de que as crianças têm sexualidade e desejos e um corpo para explorar os sentidos? Não lembram de ter tido infância, um dia? Muito estranha essa amnésia coletiva.

O conhecimento e a autonomia do nosso corpo pode ser algo poderoso, pois oferecem a possibilidade de nos desvincularmos de determinadas normas. E o processo de abandono das normas estaria ligado, diretamente, com as políticas de Estado, ou seja, traímos um mercado capitalista que nos exige a produção e o consumo. Ao falar sobre a servidão dos homens ao Estado, e das mulheres, culturalmente, aos homens, Virginie Despentes nos convoca a refletir que “há sempre uma classe social interessada em que as coisas permaneçam como estão, e que a verdade sobre suas motivações mais profundas não seja dita” (2016, p.91). A sexualidade faz parte dessa prerrogativa do controle para a

subordinação.

Nesse sentido, abordaremos outro caso que nos aconteceu em nossa lida diária docente em um colégio dos mais tradicionais do Brasil: por dois minutos a professora de informática saiu da sala e uma criança entrou em um site pornográfico e mostrou as imagens para as outras, o que, como não poderia deixar de ser, gerou uma baita algazarra. Confusão suficiente para a atividade no laboratório de informática ser suspensa e a turma, reunida na sala de aula; a professora regente, chamada.

Silêncio total. O técnico em assuntos educacionais e a orientadora pedagógica, respeitáveis pessoas cisheterossexuais, em suas vestimentas e falas adequadas a tudo que se espera em uma sociedade heterocisnormativa. A bronca? Homérica. Algumas crianças choraram. O tio e a tia (que, assim, se autodenominam) repetiram diversas vezes que nunca, jamais, nem uma só, sequer uma única vez em toda a vida, haviam tido curiosidade de entrar nesse tipo de site. Naquele momento, foi imensa a vontade de rir de quem agora digita este artigo (e que presenciou a cena no papel de professora regente, a dissidente, o corpo vestido com algo que não representa direitinho o seu gênero, a “esquisita”), vontade de explodir a tensão em gargalhadas, apesar disso, conseguimos nos conter. Todo o discurso, extremamente desonesto e patético, só levava ao questionamento: para que tudo isso?

Foucault (1999, p.28) aponta o sexo como objeto de disputa pública, o que “não significa um puro e simples silenciar”. Que quisessem repreender as crianças pela travessura de entrar em sites indevidos é compreensível e justificável, mas por que não se propor a ouvi-las? Teria sido muito mais interessante estabelecer um diálogo a partir do ocorrido, tendo em conta que o desejo de burlar regras faz parte do crescimento e de todas as idades, vem com o pacote que embala o ser humano. Além disso, a sexualidade infantil existe e é comum querer explorar o corpo, suas zonas erógenas... e isso não tem nada a ver com as significações da sexualidade das pessoas adultas.

Preferiram, porém, apenas amedrontar as crianças, omitiram qualquer palavra que pudesse trazer conforto, tampouco se dispuseram a ouvir um “a”. Ao fim e ao cabo, “o prazer se difunde através do poder cerceador e este fixa o prazer que acaba de desvendar” (FOUCAULT, 1999, p.44). Meninas e meninos, de nove e dez anos, tiveram que escutar mais de meia hora de sermão, olhando com cara de arrependimento profundo, para não serem conduzidas à direção como insolentes e ter as famílias comunicadas da traquinagem.

Não se fala menos do sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos (...) Falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirigem a elas, ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa (FOUCAULT, 1999, p.29-31).

Reconheçamos, a escola pode ser um espaço de expansão da vida, mas, para muita gente é um artifício de vigilância, controle e punição, estimulando o ódio em múltiplas facetas, o auto-ódio e o ódio ao que é diferente de nós. Existe o *Nós* e existem *aquelas pessoas lá*, as outras. “*Nós* somos melhores”, parece ser o pensamento de quem se encaixa na heterocisnormatividade, “somos melhores, pois estamos com a razão”, “Deus está do nosso lado”, “*nós* contemos nossos desejos”, “queremos que *aquelas pessoas lá* também se contenham, que façam o certo, como *nós* fazemos”. “Do contrário, que sofram as consequências”. Na infância, eram surras. As famílias espancavam seus rebentos, supostamente, para o próprio bem deles. Agredir ajuda a corrigir. Não é isso que a escola ensina? Mesmo que em seus programas curriculares evite explicitar tais práticas, elas estão no dia a dia de muitas e muitas instituições, inclusive nas que se dizem transformadoras e transgressoras.

Talvez do segundo segmento do ensino fundamental em diante haja alguma transgressão por parte do corpo docente. Nossa experiência, como professoras de estudantes de até doze anos, nos chamados anos iniciais, nos mostra que as crianças não são consideradas inteiramente pessoas, mas pessoas em formação, um vir a ser, sujeitas às mais diversas humilhações e maus-tratos. Não são ouvidas de verdade; **devem** ser boazinhas, sempre; se são negras, precisam ser duplamente boazinhas, aceitar o que quer que seja com um sorriso subserviente, cumprir as regras, fazer silêncio e jamais ter uma crise de riso quando as pessoas adultas, as magistras adultocêntricas, estiverem proferindo uma bronca homérica, por mais desnecessária e ridícula que seja.

O ódio que recai sobre nós, nossos pares e estudantes: expulsão/ exoneração

Professoras foram vistas, em diferentes momentos, como solteironas ou "tias", como gentis normalistas, habilidosas alfabetizadoras, modelos de virtude, trabalhadoras da educação (...) [Houve as que] acataram, adaptaram ou subverteram esses desenhos. Relações de poder estavam em jogo (LOURO, p.100, 2003).

Nos espaços educativos destinados aos anos iniciais do ensino fundamental, na atualidade, mais de 90% do corpo docente é formado por mulheres⁷. Mas não qualquer mulher, por favor. Mulheres cis e heterossexuais, em sua imensa maioria. Podem ser casadas, separadas, divorciadas, viúvas ou solteiras. Independente do estado civil, na sala dos professores falarão sobre seus homens, atuais ou antigos, namorados ou casos furtivos, não importa. Temos a séria impressão de que “Falarás sobre homem na sala de professores com suas colegas, tomando um cafezinho, enquanto as crianças correm e gastam a energia represada em sala de aula, nos parques vinte minutos de recreio”, deve ser um mandamento perdido das tábuas de Moisés, logo antes do “Não matarás”.

Nós optamos por evitar a sala dos professores (ou os grupos de Whatsapp docentes), visto que não nos interessa o assunto mais comentado, embora nos agrada à beça ouvir nossos amigos gays falando de seus casos furtivos ou sérios, alheios e atuais. Possivelmente, no âmbito profissional, a insistência das colegas de trabalho em nos perguntar sobre homens seja a raiz do incômodo. Partem do pressuposto de que devemos ter algum macho para chamar de nosso, como se isso fosse parte inseparável do ser mulher & professora de crianças. “Que mau exemplo, *mon dieu*, que suprassumo da esquisitece retumbante...”. Param de falar quando passamos e sorriem ou tentam, mostram mais os dentes do que qualquer tipo de simpatia. Somos as *Outras*. Não somos parte do que colegas heterocisnormativas consideram como *Nós*.

Elas, as que fazem parte de um *Nós* que nos exclui, têm maneiras peculiares de lidar com a homolebitransfobia que acontece no ambiente escolar. O jeito mais comum de reagir, fazer de conta que não escutam, baseia-se na desculpa: “isso é coisa de criança, bobagem, o que tem de mais chamar a coleguinha de sapatão, de lésbica, não é palavrão, é? Sim, foi dito com agressividade, mas, tanto faz, é coisa de criança, de qualquer maneira. Vamos deixar pra lá”. Por outro lado, há as que reagem diferente: “O quê? Xingou a coleguinha de sapatão, de lésbica, foi? Pois vai ficar de castigo, senta lá no canto e pensa no que você fez.”, “Pensar no quê, tia?”, “Shhhh, não discute comigo, castigo!”.

E nós, que representamos “a sapatão”, “a lésbica”, olhamos para essas cenas, abismadas. O que dizer? O que dizer, sobretudo para quem está abarrotada de certezas e não parece nem um pouco interessada em ouvir? Escolhemos nos sentar no canto, junto com a criança que foi castigada sem poder brincar, com a obrigação de pensar no que fez. Pensaremos no que não fizemos. Impressionante como um pátio, no qual dezenas de crianças

⁷ Segundo o Perfil do professor da educação básica, de Maria R. V. de Carvalho. Brasília, DF: Inep. MEC, 2018. 67 p.

correm e gritam, pode parecer silencioso se comparado aos barulhos internos da cachola e do peito de quem, por mais que pense, não encontra saída.

Não é que sejamos apenas minoria. Somos a única professora declaradamente de sexualidade dissidente, de que se tem notícia, num grupo de cerca de setenta profissionais. Há dois gays. Professores de outras áreas do conhecimento, como música e educação física, não regentes de uma única turma. Mas existem, isso é o que importa. Somos só três.

A grande maioria das demais professoras e professores do colégio demonstram sentir-se parte de um mesmo *Nós* e tratam-nos como *as Outras pessoas lá*. Curioso que quando estamos só nós três, nos sentimos parte de um *Nós* tão acolhedor e divertido, tão purpurinado e brilhante, tão sem tempo para angústias e com risos espontâneos nos lábios. Não, não estávamos sós. Eles diziam: “há mais gente, mas o ódio não permite que saiam de dentro do armário ainda, o ódio e o medo, essa escola é muito antiga”.

Como contratada, não efetiva ainda, representou um atrevimento espantoso apresentar uma “não feminilidade” inesperada, “teimar” em estar fora dos conformes, e ser bem resolvida em matéria de identidade de gênero e sexualidade. Corpos dissidentes podem, quiçá, ser perdoados pelo *gigantesco pecado* de sua dissidência, contanto que (muita atenção!) contanto que se mostrem envergonhados, que demonstrem culpa, que andem olhando para o chão, que tropecem nos próprios pés, que não encontrem amor.

Se o alvo encarna motivos de pena e chacota, a raiva de quem odeia arrefece um bocado. No entanto, o comportamento submisso não nos salva, posto que nos sentimos encantadas por ser quem temos sido, mulheres cuja sexualidade dissidente não impede o amor próprio em um nível bastante acima da média. Além disso, amamos e somos amadas e olhamos nos olhos de quem nos fala, sem culpa alguma, vergonha de nada. Isso, sim, é grave. Está na lista das piores heresias.

Um trabalho de qualidade reconhecida, crianças que aprendem os conteúdos e demonstram contentamento em participar das atividades, até as famílias de estudantes de nossa turma nos fazem elogios e nos presenteiam com abraços e mimos. Não é o suficiente. Quem pensamos que somos, acreditando que faremos parte do corpo docente efetivo dessa instituição secular? Os olhares têm uma língua própria que independe do estudo sistemático de idiomas. “Cadê a doçura esperada para essa função?”, “Deixemos a doçura para os doces, ora essa”, “Cadê a compostura, o recato?”, “Nem bela, nem do lar, esqueçam”.

Sabíamos, pois se trata de nosso projeto de pesquisa de mestrado⁸, que educadoras

⁸Pesquisa da *professora-mestranda andarilha*.

de crianças são vistas, desde sempre, como seres supostamente imaculados que devem manter como uma das maiores preocupações de sua existência os cuidados com sua “aparência feminina”, o que já era cobrado há dois séculos: “sua profissionalização não podia se chocar com a sua feminilidade” (LOURO, 2009, 446). Não sabíamos que os dois séculos ainda não tinham realmente passado.

Nossa situação nos faz recordar de um aluno, de nome Kevin Alexandre⁹, que provocava rumores por onde andava, fossem risos ou insultos, caretas de asco ou fascínio, ninguém permanecia indiferente quando Kevin Alexandre passava dançando. Caminhava como quem desliza, ria o riso solto de quem não dá a mínima para os que se escandalizam, e gesticulava como bem entendia. Doze anos, magro, de pele negra retinta, tinham feito com que repetisse dois anos de escolaridade. Se repetisse de novo seria jubilado. Mencionava a si mesmo no masculino e gostava de seu nome, com o qual rabiscava a capa de cadernos; um nome forte, dizia. Para a insatisfação espavorida dos defensores do padrão, o menino performava uma feminilidade explosiva e cativante, na nossa opinião de dissidentes. Feminilidade excessiva e grotesca, no julgamento de quem devia manter a própria opinião para si.

Kevin Alexandre era incrível demais para aquele estabelecimento sufocante, do qual nós também saímos e jamais sentimos um pingo de saudade, apenas alívio. Ele dançava e ria, pelos corredores castradores de um espaço que, em vários aspectos, lembrava uma prisão, tamanha a quantidade de portas gradeadas e cadeados imensos, em correntes metálicas. Tivemos, nós e o Kevin Alexandre, que recolher nossos pertences e “ir cantar em outra freguesia”, nos livramos ao menos daqueles portões de metal pesado e das muitas chaves, sem as quais não podíamos atravessá-los.

Em “Ensinando a transgredir”, de bell hooks, ela transcreve as palavras de um de seus alunos, que se parece ao Kevin: “Adoro dançar. Quando eu era menino, dançava em qualquer lugar. Por que ir andando até lá quando eu podia gingar e bambolear pelo caminho afora? (...) para mim, sobreviver inteiro significa nunca parar de dançar.” (hooks, 2017, p. 261).

Os caminhos trilhados por Kevin Alexandre, após a nova reprovação, nos são desconhecidos. Desejamos de todo coração que esteja bem e encontre motivos para danças e risos. Este ano deve ter completado seus dezessete anos e, certamente, brilha, brilha muito, de ofuscar as vistas homoesbitransfóbicas dos professores e professoras que preferiram

⁹Nome fictício para preservar a identidade da criança.

expulsá-lo a ter de conviver com ele. No nosso ponto de vista, de corpos também fora da norma imposta, o que fizeram foi um crime. Sobretudo num país que nega oportunidades a pessoas consideradas como desviantes e as assassina brutalmente.

A morte como a forma extrema de expulsão, começada lá na instituição que deveria protegê-lo e abraçá-lo, um menino. Era um menino de doze anos, que ria e dançava. Foi expulso. O conselho de classe determinou que “ele não queria nada com nada”. Ledo engano do conselho. Kevin Alexandre queria tudo. Quem se dispôs a ouvi-lo? O ódio, afinal, não tem disposição alguma **para** escutar algo que contrarie as suas certezas absolutas.

Resistência para além da sala de aula, existimos e resistimos

Uma das maneiras de nos livrarmos do poço de excrementos ao qual nos estão empurrando reside em nos unirmos. Grupos de estudos, grupos de pesquisa, valiosos espaços em que podemos nos ver, nos falar, ainda que os abraços e a proximidade tenham de esperar. No momento, e há mais de um ano e meio, o isolamento, imposto pela pandemia de coronavírus, nos impede de encontros presenciais, porém, nossas reuniões resistem. Por meio delas, nos fortalecemos e nos alimentamos de afeto, buscando formas de desarmar o ódio, apontar a falta de sustentação dos discursos feitos de espinhos e o quanto carregam de vestígios de uma história sedimentada no desprezo pelo dessemelhante. Nessa perspectiva, um dos projetos de formação da cidadania, que visava incluir os direitos das pessoas LGBTI+ em pauta, logo recebeu o rótulo de perigoso, asqueroso e o apelido pejorativo de “kit gay”. Um sem número de mentiras foram contadas a respeito do material intitulado Escola sem homofobia.

Em 2011, há exatamente uma década, o governo progressista de Dilma Rousseff resolveu que a publicação seria suspensa. Provavelmente, no intuito de evitar polêmica. Com o tempo, isso se mostrou um erro de proporções inimagináveis. É o que costuma acontecer quando tentamos barrar com as mãos uma avalanche. Os problemas, escamoteados debaixo do tapete, em algum momento formam uma montanha gigante e não há tapete no mundo capaz de disfarçá-la.

Existem questões que, de tão essenciais, precisam ser enfrentadas com urgência e coragem. O descaso ou o medo de lidar com certos temas levou pessoas bem ou mal intencionadas, que ocuparam cargos de poder, a ignorá-los. Tal atitude corroborou com a violência e a morte de parte da população, o que de alguma maneira é um descaso com a população inteira, com a espécie humana como um todo. Afinal, a intenção desacoplada de

uma ação correspondente tem, de fato, alguma serventia?

No início da década passada, perdeu-se a crucial oportunidade de desmistificar a questão, de dialogar com o povo brasileiro, mostrando o material contra a discriminação às pessoas homossexuais (não se usava ainda o termo homolebitransfobia, mais inclusivo, para referir-se a essa discriminação). A presidenta¹⁰ poderia ter transmitido comunicados informativos, em emissoras tanto de televisão como de rádio, no intuito de fazer chegar ao maior número de cidadãs e cidadãos uma mensagem contundente de que, não, uma ditadura gay não seria implantada. O povo podia ter sido informado de que os direitos das pessoas que não se identificam com as letras da temida sigla seriam mantidos, e que não há razão alguma para impedir que as pessoas LGBTI+ tenham acesso a direitos similares. Com o material apenas buscou-se:

desocultar a ordem que coloca a heterossexualidade como natural, normal e única possibilidade de os sujeitos viverem suas sexualidades, por meio de dinâmicas de trabalho com as quais se pretende subsidiar práticas pedagógicas que favoreçam a reflexão e **incentivem mudanças (Caderno Escola sem homofobia, 2011, p.10).**

Se a escola pudesse ensinar as crianças a desenvolver essa ou aquela sexualidade e/ou identidade, todo mundo seria cisheterossexual, não é mesmo? Visto que a educação é exacerbadamente heterocisnormativa. Ou seja, querido povo brasileiro, diria a presidenta: as coisas não funcionam desse jeito. Tem gente sendo assassinada devido a não aceitação de sua forma de viver. Em quais situações sua forma de viver não é aceita? Pensemos a respeito. Não, deus, caso exista, e se é mesmo um deus de amor, não teria como desejar a eliminação de suas criaturas. Pensemos coletivamente, povo brasileiro que me escuta, como podemos ser feitas, todas as pessoas, à imagem e semelhança de uma divindade, segundo as religiões majoritárias, e nossos desejos, que mal nenhum causam “ao próximo” serem considerados pecados? Em vez de enxergar isso, quem se intitula representante de Deus grita, em púlpitos, contra “ovelhas desgarradas”, “tentação” e “vida eterna amargurada como punição para quem não anda na linha”. É mentira, companheiras e companheiros, a linha quem traça é a gente mesma.

Sim, seria um discurso apaixonado e visceral, que se permitiria burlar determinados protocolos, em nome de proporcionar outras lentes para mirar o que antes parecia dado e

¹⁰Para quem acredita que “a única forma correta” é “a presidente”, surpreendam-se: a palavra “presidenta” aparece dicionarizada desde 1812, ou seja, seu uso nada tem a ver com Dilma ou o PT. Disponível em: <https://caterinas.info/presidenta-em-portugues-e-mais-antigo-que-presidente/> Acesso em: 17 set. 2020.

sem possibilidade de nuances e ângulos diferentes. Obviamente, precisamos evidenciar que o nosso posicionamento também não representa A verdade, tendo em vista que operamos com a noção de “verdades contexto-dependentes”. “De forma muito concreta, descrever a ciência [ou a religião] e a verdade que ela instaura [...] [significa] colocar em xeque a própria noção de verdade, no singular” (MEYER, 2012, p.54). Nossas pesquisas, ao duvidar do instituído, do que se apresenta como verdadeiro, analisam e problematizam e/ou transformam o que se conhece como incontestável, em sociedades e condições específicas. Importante encarar os jogos de poder e os regimes de estabelecimento da verdade, essa, acatada como única.

Retomemos a frase bonita, antes comentada, e a acrescentemos completa, com sua autoria, universalmente conhecida: “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”, Nelson Mandela (2003)¹¹. As forças conservadoras sabem muito bem o significado do que disse o revolucionário líder negro sul-africano. Como a intenção é conservar a ordem das coisas tal como têm sido há décadas e séculos, criam enredos falaciosos que ludibriam a opinião pública. Dessa forma, amedrontam as pessoas com monstros inexistentes (como mamadeiras em esdrúxulos formatos) e deixam de pôr o foco nos monstros que, de fato, existem.

Como em muitos ancestrais contos de fadas, os monstros são pessoas de carne e osso, muitas vezes reis e rainhas tremendamente cruéis. Para manter seu poderio, essas personagens não hesitam em matar ou mandar matar quem atravesse o seu caminho e ameace ou pareça ameaçar o seu domínio. Então, é preciso ter o olho vivo com essa gente que ocupa cargos poderosos e ouvidos atentos para o que dizem, tendo em mente que sua motivação primordial, em muitíssimos casos, é manter-se no poder e preservá-lo.

Como resistir, nos anos vinte do século XXI, às crescentes ondas de violência, frequentemente motivadas pelas falas incentivadoras de chefes de estado, ocupantes de ministérios e outra gente que se assenhoreou de cargos políticos bastante bem remunerados com o dinheiro público? Uma educação que pretenda auxiliar na mudança do mundo precisa levar em conta as desigualdades e debatê-las com a comunidade escolar e com sociedade como um todo, a fim de encontrar soluções plausíveis para aliviar grande parte do povo, massacrado por arrochos e iniquidades de toda ordem.

Podíamos, então, falar sobre a necessidade premente de taxaço das absurdas fortunas e do quanto consideramos criminosa essa acumulaço exagerada, em um país como o nosso, em que há milhões de pessoas relegadas à própria sorte, sem os seus mais mínimos

¹¹Disponível em: <https://www.revistaprosaveroearte.com/a-educacao-e-a-arma-mais-poderosa-que-voce-pode-usar-para-mudar-o-mundo-nelson-mandela/> Acesso em: 20 set. 2021.

direitos básicos, tão lindamente escritos na Constituição, assegurados.

Importante lembrar que não é branca a cor da maioria da população em pior situação econômica e social. Não é branca a cor da maioria das pessoas encarceradas em prisões imundas Brasil afora. Em sua grande maioria, não é branca a parcela da população brasileira que realiza os trabalhos mais pesados; sendo que, sim, é branca a cor da pele da maioria das pessoas que se beneficia desse trabalho. Todos esses resquícios vívidos do período da escravização precisam ser confrontados e reconhecidos caso o desejo de uma educação transformadora ultrapasse as fronteiras da pura demagogia.

Distribuição de renda. Desconstrução do racismo. Sem esses pilares não existe mudança alguma que se sustente, com ou sem educação de qualidade. Ou melhor, não há qualidade, de fato, em uma educação que evite debater os temas mais essenciais para a humanidade atual, tocando em pontos que afetem o global e o local, encarando os discursos de ódio de frente, com valentia, e desmistificando suas origens e suas consequências sociais.

Corpos dissidentes estão e seguirão presentes!

Concentrando-nos em corpos dissidentes LGBTI+, especialmente os negros, nas salas de aula e fora dela, nas nossas resistências, queremos que todos os Kevin Alexandre, sejam meninos, meninas ou crianças não binárias, possam dançar sem que isso incomode ninguém. Quem se sente desconfortável com os modos alegres e livres de crianças que não obedecem ao que foi esperado para o seu gênero poderiam tentar descobrir de onde vem esse desconforto. Será que se origina nas danças e na liberdade alheia ou será que nasce mesmo é dentro de quem se incomoda? Terapia, quem sabe, ajude.

Este artigo-ensaio é, antes de tudo, um grito em nome de todas as vidas consideradas desviantes e tortas, de todos os corpos dissidentes da norma. Lutamos para que nossas formas de viver sejam tão válidas como as consideradas “corretas”, sem que para isso precisemos nos encaixar em padrões que nos violentam. Existimos e resistimos. Ainda que sejamos tratadas como “aquelas outras pessoas lá”, às vezes, centro de campanhas por “respeito”, “tolerância” ou “viva a diferença”, que insistem em não enxergar os interesses políticos em manter-nos à margem. Sim, há interesses confessionais e seculares em nos considerar “os outros” e repetir as palavras de Sartre, sem, de fato, entendê-las. Nesse caso, atacamos com versos de Adília Lopes (2019, p. 110) que, com maestria, as desconstroem:

O Inferno
são os outros
mas o Céu
também

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Justificando, 2018. 144 p.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'interseccionalité. *Diogenes*. n° 225, p. 70-88, janvier-mars, 2009.

BROWN, Wendy. *El Pueblo sin atributos*. La secreta revolución del neoliberalismo. Barcelona: Malpaso, 2016. 363 p.

CADERNO Escola sem Homofobia. *Ministério da Educação*. Brasília, DF: MEC, 2011. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf> Acesso em: 7 out. 2021

CARVALHO, Milena. Exclusão de gênero do Plano Nacional de Educação é retrocesso, diz educador. *Portal Geledés*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/exclusao-de-genero-do-plano-nacional-de-educacao-e-retrocesso-diz-educador/> Acesso em: 26 set. 2021.

DESPENTES, Virginie. *Teoria King Kong*. São Paulo: n-1 edições, 2016. 128 p.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 149 p.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012. 320 p.

FONSECA, Tania Mara Galli. Trabalho, gestão e subjetividade. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 02-11, jun. 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672003000100002&lng=pt&nrm=iso. acessos em 25 set. 2020.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019. 192 p.

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 22 p.

LAVAL, Cristian; DARDOT, Pierre; BERENGUER, Enric. *El ser neoliberal*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2018. 112 p.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2017. 283 p.

LEMKE, Thomas. Foucault, governamentalidade e crítica. Tradução de Eduardo Altheman Camargo Santos. *Plural*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2017, p. 194-213. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/137508/133168> Acesso em: 4 de maio de 2020.

LOPES, Adília. *Aqui estão as minhas contas*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. 200 p.
LOURO, Guacira Lopes. Discursos de ódio. In: SEFFNER, Fernando; CAETANO, Mario. (orgs.). *Discurso, discursos e contra-discursos latino-americanos sobre a diversidade sexual e de gênero*. Paraíba: Editora Realize, 2016. 1640 p.

LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. In: PRIORE, Mary del. (org.), *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009. 680 p.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. El futuro ya fue: Una crítica a la idea del progreso en las narrativas de liberación sexo-genéricas y queer identitarias en Abya Yala. In: FERRERA-BALANQUET, Raúl Moarquech. (org.). *Andar erótico decolonial*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Siglo, 2015. 160p.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. 2017. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

POCAHY, Fernando. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. *Textura Revista de Educação e Letras*, v. 13, n. 23, 2011, p.18-30. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/984/766> Acesso em: 8 dez. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000. 133 p.

e Educação

Recebido em outubro de 2021.
Aprovado em dezembro de 2021.